

**HABEAS CORPUS Nº 568.342 - RS (2020/0073597-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
NILTON LEONEL ARNECKE MARIA - RS054268  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JHONATHAN RIBEIRO DE OLIVEIRA (PRESO)  
**PACIENTE** : FABRICIO TAISSSES DUARTE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, interposto por JHONATHAN RIBEIRO DE OLIVEIRA e FABRICIO TAISSSES DUARTE, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul no julgamento do HC n. 0315232-08.2019.8.21.7000.

Consta dos autos que os recorrentes tiveram as prisões preventivas decretadas em 29/5/2017, e foram denunciados em pela prática das condutas descritas no art. 121, parágrafo 2º, incisos I, III e IV, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal - por duas vezes -; no art. 121, parágrafo 2º, incisos I, III e IV, combinados com o art. 14, inciso II, na forma do art. 29, *caput*, todos do Código Penal - por seis vezes -; no art. 121, parágrafo 2º, incisos V e VII, combinados com o art. 14, inciso II, na forma do art. 29, *caput*, todos do Código Penal, - por três vezes -; no art. 35, combinado com o artigo 40, inciso VI, da Lei 11.343/06, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal; no art. 244-B, parágrafo 2º, da Lei 8.069/90 - por três vezes -, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal (homicídios qualificados consumados, homicídios qualificados tentados, associação para o narcotráfico, corrupção de menor). O recorrente JHONATHAN responde também pelos delitos descritos no art. 157, parágrafo 2º, inciso II, na forma do art. 29, *caput*, do Código Penal, e, no art. 180, *caput* - por 2 vezes - na forma do art. 29, *caput*, do CP (roubo e receptação). Os pedidos de relaxamento da prisão preventiva foram indeferidos pelo Juízo de primeiro grau.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de

origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. O princípio da razoável duração do processo não impõe tempo exato para conclusão de determinado feito ou ato processual; imprescindível é verificar, em cada caso concreto, a razoabilidade do tempo decorrido, consideradas suas peculiaridades. Caso concreto em que a complexidade do feito autoriza o alargamento do prazo para a conclusão da instrução criminal. Precedentes. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME (fls. 191).*

No presente writ, o impetrante sustenta a existência de excesso de prazo na formação da culpa, destacando que, por diversas vezes, foram redesignadas as audiências de instrução marcadas. Pondera que os pacientes estão presos desde o dia 3/7/2017, e até a presente data não se verificou o encerramento da instrução processual.

Assevera, ainda, que, em razão da pandemia causada pelo vírus do Covid-19, todas as audiências e sessões de julgamento foram canceladas, o que certamente agravará a excessiva demora na conclusão do feito.

Pondera que os pacientes, inseridos no sistema prisional, correm maior risco de contaminação pelo vírus do Covid-19, especialmente diante do quadro de superlotação e de higiene precária vivenciado pelo estabelecimento no qual se encontram detidos.

Afirma a ausência de elementos concretos que justifiquem a manutenção da custódia cautelar dos pacientes e indica que a gravidade abstrata do delito não constitui fundamento idôneo para motivar a prisão preventiva.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva dos pacientes, ou sua substituição por prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Quanto à necessidade de reavaliação da prisão preventiva, em razão da pandemia do vírus Covid-19, é certo que tal alegação não foi examinada pelas instâncias ordinárias, sendo inviável seu exame direto por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância. Ademais, nos termos da Recomendação n. 64/2020 do Conselho Nacional de Justiça, tal exame caberia aos "magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal".

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

**MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**

Relator